



RESUMOS DA FUNDAÇÃO ▶ 9

# Cultura política e democracia

Tiago Fernandes, coordenação



- A coleção Resumos da Fundação pretende levar até si as ideias-chave dos Estudos da FFMS, de uma forma sintética, linear e clara. Para quem gosta da conclusão mais perto do início.



# Cultura política e democracia

Tiago Fernandes, coordenação

José Santana-Pereira

João Cancela

Edalina Rodrigues Sanches



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso  
1099-081 Lisboa  
Telf: 21 001 58 00  
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo  
Director da coleção Resumos da Fundação: João Tiago Gaspar  
Título: Cultura política e democracia  
Coordenação: Tiago Fernandes  
Autores: José Santana-Pereira, João Cancela e Edalina Rodrigues Sanches  
Revisão de texto: Rita Cabral  
Design: Inês Sena  
Paginação: Guidesign  
Impressão e acabamento: Guide Artes Gráficas

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e os autores  
Junho de 2019

ISBN: 978-989-8943-76-7  
Depósito Legal n.º 456 541/19

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

# **Cultura política e democracia**

**Introdução 9**

**1. Confiança nas instituições políticas nacionais: parlamento, governo, partidos políticos, justiça e sindicatos 19**

**2. Satisfação com a democracia e interesse pela política 27**

**3. Identidade, confiança e satisfação com a União Europeia 37**

**Conclusão 51**

**Abreviaturas 57**

**Glossário 59**

**Para saber mais 61**

**Autores 65**

# Introdução

A cultura política tem sido apontada como uma das causas principais da solidez dos regimes políticos desde os primórdios do pensamento político. Na Grécia Antiga, Aristóteles já fazia referências à importância dos sentimentos dos cidadãos para a sobrevivência dos regimes. No século XVIII, a obra de Montesquieu apresentava reflexões sobre o *espírito* das nações e ainda sobre a centralidade da adequação das leis aos costumes e à moralidade vigentes. No século XIX, Tocqueville sugeria que «os costumes de um povo» e a sua «condição moral e intelectual» eram a base dos regimes políticos. No século XX, Gabriel Almond e Sidney Verba defenderam que a cultura política mais condizente com um regime democrático seria a «cultura cívica». Para os referidos autores, aquela não significava um impulso permanente para a participação política. Antes pelo contrário, a participação tende a ser moderada e até temperada por alguma passividade em relação a determinados aspetos do funcionamento do regime político.

Desde a década de 1970 que a literatura de ciência política tem diagnosticado sinais de crescente descontentamento e distância dos cidadãos face às instituições democráticas, dando lugar à denominada «crise permanente de confiança na democracia». Nas décadas finais do século XX, verificou-se que vários indicadores de cultura política entraram em queda. Desde então, temos assistido a um declínio nos níveis de

confiança nas autoridades democráticas e de satisfação com a democracia, ao mesmo tempo que verificamos uma redução na participação eleitoral, um aumento da volatilidade eleitoral e uma quebra no enraizamento social dos partidos, tal como da confiança interpessoal e do capital social.

Apesar desta tendência, alguns autores têm argumentado que este facto não é negativo por si só, podendo inclusivamente ser positivo. O aumento da desconfiança seria então o resultado do aumento dos níveis de educação e informação, que teria gerado «cidadãos críticos», mais interessados em debater política e menos deferentes em relação às elites (Norris, 2007). Segundo este argumento, a redução dos níveis de satisfação com o funcionamento dos regimes democráticos pode ser explicada por um entendimento mais exigente e menos passivo da cidadania em relação à autoridade (prevalente em gerações anteriores). Tal explicaria os níveis mais baixos de confiança partidária, o menor enraizamento social do voto, e a preferência por novas formas de participação política, mais confrontacionais, em detrimento de outras mais tradicionais, como a pertença a partidos políticos. Influenciados pela investigação de Ronald Inglehart, há autores que sustentam que os valores pós-materialistas são mais disseminados entre as novas gerações de cidadãos nas democracias consolidadas, estando estes mais predispostos a respeitar os direitos das minorias e a questionar mais frequentemente as instituições tradicionais.

Também se tem apresentado o aumento da desconfiança como uma consequência do sucesso da própria democracia, principalmente depois do colapso dos regimes autoritários

comunistas da Europa de Leste, a principal alternativa à democracia representativa desde o final da Segunda Guerra Mundial. O desaparecimento da maioria destes regimes a partir de 1989–91 teria levado a que a avaliação da democracia pelos cidadãos deixasse de ter um termo de comparação externa. Os cidadãos teriam passado, desde então, a avaliar a democracia sobretudo a partir de critérios de desempenho interno, aumentando os seus níveis de exigência. Por outras palavras, o elevado apoio e a confiança nas instituições democráticas estariam «inflacionados» durante o período da Guerra Fria.

Há ainda autores que consideram que o apoio à democracia, entendida enquanto a melhor forma de regime possível, continua alto, apesar de a desconfiança ter aumentado. Esta interpretação baseia-se na noção segundo a qual a insatisfação perante o funcionamento da democracia não implica, necessariamente, a erosão do apoio dos cidadãos, que continuariam a encarar a democracia como o melhor regime político. Estes «cidadãos críticos» manifestam igualmente uma vincada preferência pela democracia em relação a qualquer outro regime, ao mesmo tempo que apresentam uma menor deferência para com a autoridade.

O presente estudo apresenta uma visão diferente das anteriores. É verdade que a crise de confiança não gera forçosamente o colapso de um regime democrático ou uma transição para o autoritarismo. Os regimes democráticos podem perdurar, apesar de níveis baixos de qualidade democrática. Mas a crise da confiança é, claramente, um desenvolvimento negativo e gera, simultaneamente,

cidadãos menos propensos a respeitar as regras informais e as normas legais da democracia. Assim, a crise de confiança dos cidadãos poderá contribuir para a erosão da consolidação e qualidade da democracia.

Mais, a existência de um vasto grupo de cidadãos descrentes das instituições políticas contribui para criar um reservatório de apoiantes de movimentos não democráticos ou iliberais. A democracia torna-se, pois,

o único jogo disponível quando, mesmo perante crises políticas e económicas graves, a esmagadora maioria das pessoas acredita que qualquer mudança política tem de emergir dentro dos parâmetros das fórmulas democráticas.  
(Linz e Stepan, 1996)

Os partidos populistas e xenófobos têm capitalizado este descontentamento, apresentando-se como os defensores do povo e do cidadão comum contra as elites e assumindo uma postura chauvinista/nacionalista e antiliberal. Com esse intuito, estes partidos têm destacado, nos seus programas eleitorais, a proteção social face ao mercado, assim como a igualdade socioeconómica. Veja-se, por exemplo, o caso da Frente Nacional, em França, que, desde 2002, se moveu para a esquerda no eixo económico. Também o *Brexit* e a vitória populista de Donald Trump nos EUA capitalizaram a desconfiança e o sentimento de afastamento em relação ao poder, da parte do cidadão comum, pondo em causa a ordem democrática nacional, a própria ordem liberal internacional e a sobrevivência da União Europeia (UE) pela primeira vez, desde a sua fundação.

Recentemente avançou-se a hipótese de estar em curso um processo de *desconsolidação democrática*, marcado pela diminuição do apego à democracia, sobretudo entre as gerações mais jovens, de várias regiões do globo. Roberto Foa e Yascha Mounk (2016; 2017) sustentam que as transformações na cultura política poderão ser mais profundas do que se pensa, visto que a proporção de indivíduos que apoiam os princípios de governo democrático decresceu consideravelmente, entre 2010 e 2014. A confirmar-se, esta hipótese implicaria que a irreversibilidade da consolidação democrática estaria menos assegurada do que as restantes teorias vigentes fariam supor.

A verdade é que os anos da última crise económica mundial, época da denominada Grande Recessão (2007–14), foram marcados por uma descida generalizada do *apoio específico* ao regime democrático, mas não necessariamente do *apoio difuso*. Este último diz respeito ao grau de adesão dos cidadãos aos princípios basilares do regime democrático, como a liberdade de expressão, a independência dos tribunais ou o sufrágio universal direto. Por *apoio específico* entende-se o apoio conferido pelos cidadãos a instituições ou atores políticos concretos, individuais ou coletivos.

A Europa do Sul é uma região privilegiada para se estudar a cultura política. Portugal, Espanha, Grécia, Itália e França, apesar de apresentarem muitas diferenças quanto ao nível de desenvolvimento socioeconómico, peso internacional, religiosidade e tradição democrática, partilham um conjunto de traços semelhantes. Em primeiro lugar, são países que têm revelado uma cultura política baixa e pouco cívica, desde a Revolução Francesa (1789) até aos dias de hoje.

Os níveis de confiança interpessoal sempre foram baixos na Europa do Sul. Nesta região, a confiança nos outros tende a reservar-se apenas aos membros da família mais próxima. Naqueles territórios é difícil estabelecer laços de solidariedade mais gerais e impessoais, essenciais à participação política democrática e às iniciativas cívicas. Pelo contrário, este tipo de cultura política favorece os laços de tipo clientelar e de patrocínio como forma de ligação privilegiada entre elites e massas, o que historicamente acabou por redundar em fenómenos como a corrupção e a compra do voto. Este traço cultural está relacionado com o padrão de desenvolvimento político da região.

Desde o século XVIII que a evolução política deste conjunto de países se caracteriza por mudanças bruscas de regime através da força militar e/ou da violência política, oscilando entre fases de abertura democrática instável e períodos de estabilização pela repressão e suspensão dos direitos cívicos e políticos. A fase mais longa de estabilização política correspondeu à instauração de regimes autoritários, que se prolongaram pela maior parte do século XX. Nestas circunstâncias, é compreensível que o padrão da relação entre o cidadão, o Estado e as instituições políticas se pautou pela desconfiança, e que mesmo após a euforia participativa das transições para a democracia (após a Segunda Guerra Mundial, em Itália e França, e durante os anos 1970 em Espanha, Grécia e Portugal), se tenham instalado o cinismo e o *desencanto*, entre os eleitores.

Desde finais da década de 1970 até aos dias de hoje temos assistido a uma nova era no que respeita à evolução dos regimes democráticos à escala mundial, caracterizada

por tensões profundas entre capitalismo e democracia. A chamada era da globalização e do neoliberalismo, baseada na desregulação dos mercados laboral e financeiro e na privatização dos serviços públicos, tem gerado uma volatilidade económica extrema e crises frequentes.

A Europa do Sul, em boa parte periférica no sistema capitalista internacional, foi bastante afetada por estas dinâmicas, nas últimas décadas. A Grande Recessão de 2007–14 gerou uma grave crise social e política nas democracias que a compõem. Ao ser interpretada, por parte da UE, como uma crise da dívida soberana dos países da periferia europeia (embora em 2007 apenas a Grécia tivesse um *deficit* excessivo de acordo com os parâmetros da UE), foram impostas a este conjunto de países condições de acesso ao crédito que passavam pela desvalorização interna, cortes no Estado providência e no sector público. Com o decorrente aumento das desigualdades, do desemprego e da pobreza, gerou-se nestes países uma crise democrática, visível no exponencial aumento dos protestos por parte dos cidadãos e no simultâneo decréscimo da confiança nas instituições.

Porém, a tendência de declínio da confiança nas instituições políticas na Europa não é unívoca e, mesmo no contexto da mais recente crise económica, é importante perceber as diferenças observadas entre os diversos países. Se é verdade que se verificaram quedas abruptas de confiança na Europa do Sul, quando a comparamos com outras regiões, tendo atingido entre 2000 e 2015 os níveis de confiança mais baixos de sempre relativamente a instituições políticas tão importantes como o parlamento, o governo e os partidos, existem também

diferenças consideráveis entre os vários países, como o presente estudo demonstra. Por exemplo, o *apoio difuso* à democracia diminuiu de forma significativa na Grécia, contrastando com o que sucedeu em Portugal e nos restantes países.

Neste livro estudam-se três componentes da cultura política: a confiança nas instituições políticas nacionais, como o parlamento, o governo, os partidos políticos, a justiça e os sindicatos (secção 1); a satisfação com a democracia e o interesse pela política (secção 2); e a identificação, confiança e satisfação com a União Europeia (secção 3). A evolução dos padrões da cultura explica-se, fundamentalmente, a partir de causas económicas e institucionais, que têm suscitado um renovado interesse na comunidade académica internacional nos últimos anos.

Com esse intuito recorreremos à maior e mais abrangente base de dados sobre regimes políticos do mundo, desenvolvida pelo projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem), um dos principais centros internacionais especializados nos processos de democratização, que congrega mais de 2000 especialistas. O projecto V-Dem constitui uma nova forma de conceptualizar e medir a democracia, representando um marco em relação aos índices anteriores — como o *The Democracy Index*, o *Freedom in the World* ou o *Polity IV* — por não se cingir a uma só concepção de democracia. Adicionalmente, o V-Dem é ainda a base de dados mais completa do mundo, quer no que respeita à cobertura geográfica, ao incluir todos os países e vários territórios dependentes, quer no que toca à análise temporal, uma vez que reúne mais de 300 indicadores institucionais e organizacionais desde 1900 até à atualidade.

Até agora a maioria dos estudos sobre as democracias da Europa do Sul abarcavam menos países ou circunscreviam-se a períodos mais curtos. Nesse sentido, este é provavelmente o primeiro estudo a compilar dados sobre a qualidade das democracias de cinco países da Europa do Sul — Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia — por um período tão longo de tempo (desde os anos 1970 até os dias de hoje). A riqueza dos indicadores recolhidos, assim como a vastidão do espaço temporal decorrido, permite-nos identificar uma relação importante entre a cultura política dos cidadãos e a qualidade das instituições democráticas. Desejavelmente, este manancial de informação ajudar-nos-á a encontrar algumas explicações para a crise da confiança das democracias naquela região.

Este resumo procura expor as principais conclusões do estudo *Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura Política na Europa do Sul*, publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Poderá aceder gratuitamente ao estudo completo em [ffms.pt](http://ffms.pt).

# **1. Confiança nas instituições políticas nacionais: parlamento, governo, partidos políticos, justiça e sindicatos**

Será que os portugueses confiam nas instituições políticas nacionais? Como se comparam com os restantes povos da Europa do Sul? E será que a Grande Recessão contribuiu para o aumento da desconfiança entre os cidadãos?

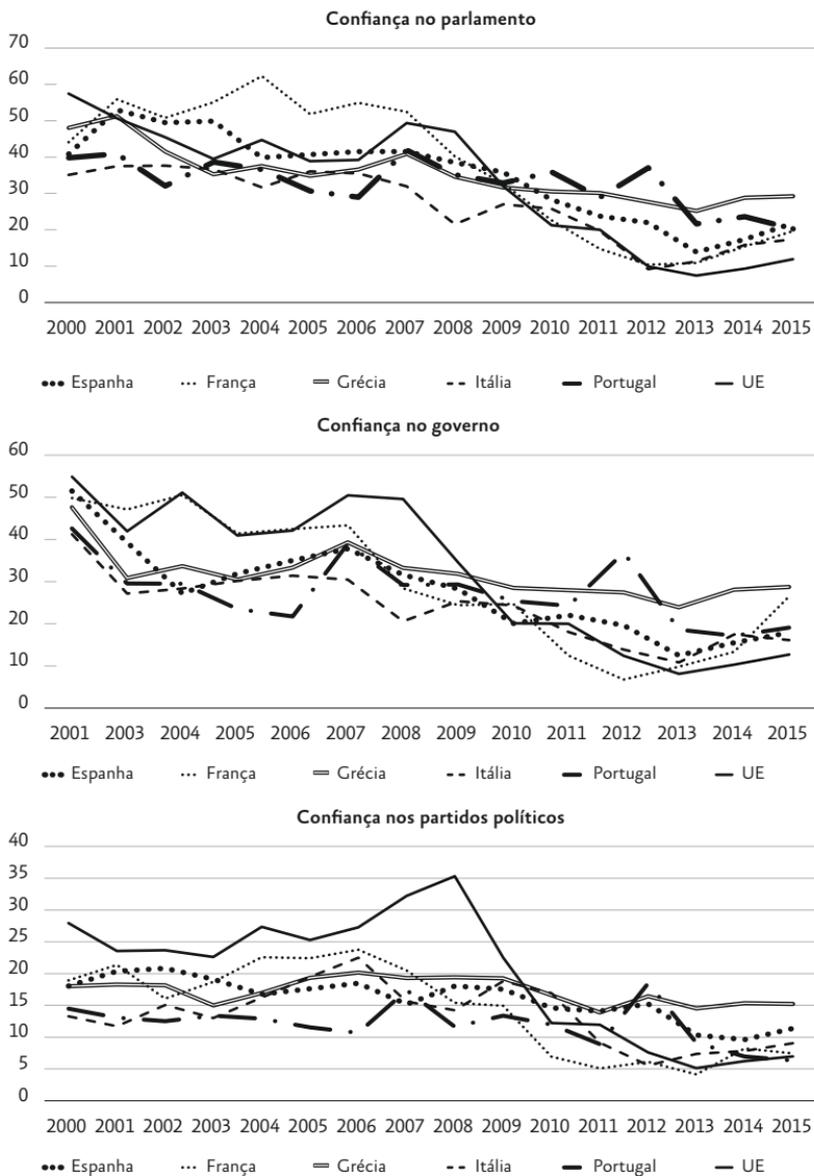
Para retratar os níveis de confiança em instituições políticas nos países da Europa do Sul recorreremos às séries temporais do Eurobarómetro entre 2000 e 2015. Na Figura 1 apresentamos a percentagem de inquiridos que referiu confiar no parlamento, governo, nos partidos políticos, na justiça e nos sindicatos. A leitura conjunta dos gráficos permite identificar três resultados iniciais.

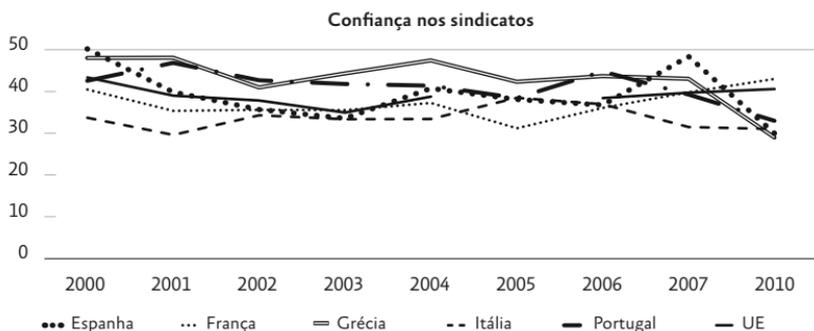
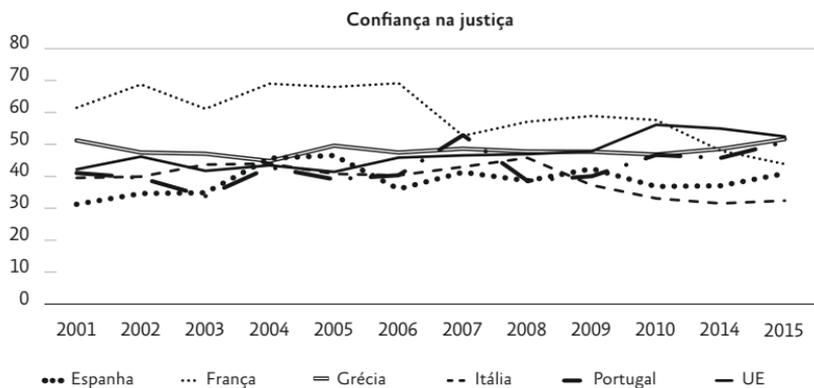
Em primeiro lugar, entre 2000 e 2015 a confiança depositada nas instituições políticas representativas desceu, em todos os países da Europa do Sul, embora de forma irregular ao longo do tempo. A confiança no parlamento desceu de 56 % para 12 % em Espanha, de 40 % para 20 % em França, de 44 % para 20 % na Grécia, de 35 % para 17 % em Itália, e de 41 % para 29 % em Portugal. Os níveis de confiança no governo também registam quebras abruptas, descendo de 55 % para 13 % em Espanha, de 43 % para 20 % em França, de 50 % para 26 % na Grécia, de 41 % para 16 % em Itália, e de 52 % para

18 % em Portugal. Seguindo uma tendência semelhante, os partidos políticos destacam-se, no entanto, por serem as instituições que reúnem os níveis mais baixos de confiança entre os inquiridos, no período em análise. Entre 2000 e 2015 a percentagem de inquiridos que afirma confiar em partidos políticos desceu de 28 % para 7 % em Espanha, de 15 % para 6 % em França, de 13 % para 9 % na Grécia e de 18 % para 11 % em Portugal.

Em segundo lugar, a justiça e os sindicatos parecem ter resistido melhor a esta tendência de declínio da confiança dos cidadãos. Em três países identifica-se uma evolução favorável entre 2000 e 2015, ainda que com algumas oscilações ao longo do tempo: em Espanha a confiança na justiça cresceu de 42 % para 53 %, em França de 41 % para 51 % e em Portugal de 31 % para 41 %. Em sentido inverso, a confiança desceu de 40 % para 31 % em Itália, e de 62 % para 44 %, na Grécia. Finalmente, a confiança nos sindicatos desceu de forma transversal, ainda que sem grandes flutuações ao longo tempo. França foi a única exceção, uma vez que a confiança nos sindicatos cresceu de 41 % para 43 %.

**Figura 1 Confiança nas instituições políticas nacionais**  
(% dos respondentes que tende a confiar)





Fonte: Inquéritos do Eurobarómetro, 2000–15, disponíveis *online aqui*.

Questão: «Gostaria de lhe fazer agora uma pergunta sobre a confiança que lhe inspiram certas instituições. Para cada uma delas, diga-me por favor se tem ou não confiança nela.»

Nota: Em cada ano existiu, em geral, mais do que uma ronda do Eurobarómetro.

Com o intuito de facilitar a leitura dos dados apresentam-se médias anuais, uma vez que aqueles são recolhidos semestralmente.

Em terceiro lugar, há diferenças interessantes ao longo do tempo. Entre 2000 e 2015, Portugal, Espanha e Grécia registam níveis de confiança mais elevados do que França e Itália, assinalando quebras significativas de confiança a partir de 2008, com o início da crise económico-financeira

de 2007–2008. Isto torna-se mais ou menos evidente quando observamos os níveis de confiança no parlamento, no governo e nos partidos políticos. A partir de 2008, Portugal, Espanha e Grécia são as democracias mais afetadas pelo declínio da confiança. Tal é particularmente visível no que toca à confiança nos partidos políticos, que são as instituições representativas que recolhem menos confiança entre os cidadãos desde o início do século XXI. O facto de observarmos um declínio da confiança na maioria das instituições políticas sugere que elas estão significativamente correlacionadas. Finalmente, a Figura 1 evidencia também diferenças entre os países, com a Espanha e a Grécia a serem mais afetadas pela crise de confiança do que os restantes países aqui considerados.

Os níveis de confiança nas instituições políticas desceram em todos os países da Europa do Sul, desde 2000. Este declínio não foi igualmente intenso em todos os Estados e não incidiu de igual modo em todas as instituições. Espanha e Grécia evidenciaram as quebras mais acentuadas de confiança ao longo do tempo, enquanto França, Portugal e em alguns casos a Itália registaram decréscimos menos abruptos. O declínio de confiança é especialmente visível a partir de 2008, parecendo absorver alguns dos efeitos colaterais da conjuntura de crise. Olhando para os dados de forma desagregada constatamos ainda que as instituições representativas — parlamentos, partidos políticos e governos — foram mais afetadas pela crise de confiança do que as instituições de execução, como a justiça e os sindicatos.

Em que medida estas evoluções foram determinadas pelo desempenho da economia e/ou pela qualidade das instituições políticas? As análises realizadas — exclusivamente para o conjunto de instituições representativas — revelaram resultados interessantes, que vão ao encontro de outros estudos. Em particular, índices mais elevados de confiança nas instituições, ao nível agregado, estão correlacionados com taxas mais baixas de risco de pobreza, níveis mais baixos de desemprego e um melhor desempenho da economia.

No que diz respeito às variáveis institucionais, verificamos que os índices de corrupção e o grau de descentralização dos processos de escolha dos candidatos têm efeitos consideráveis na confiança. Ao contrário das nossas expectativas iniciais, uma maior inclusividade está associada a níveis mais baixos de confiança política, demonstrando assim que as medidas descentralizadoras adotadas pelos partidos, como as eleições primárias, não restauram no imediato as relações de confiança entre os cidadãos e as instituições do sistema político. Estes resultados não se alteram significativamente quando contrastamos os períodos anterior e posterior à crise. Ainda assim, vale a pena salientar que a taxa de risco de pobreza, o desemprego e o crescimento do PIB reforçam os seus efeitos, enquanto entre as variáveis institucionais apenas o índice de corrupção parece ter um efeito causal direto na diminuição da confiança dos cidadãos.

O presente estudo confirma a importância do desempenho institucional enquanto elemento gerador de confiança política. Além disso, o facto de observarmos importantes oscilações ao longo do tempo nos níveis de confiança indica

que este fenómeno está longe de se encontrar culturalmente determinado e que depende essencialmente de fatores de curto prazo. Logo, mudanças nas políticas públicas, nas lideranças e nos resultados macroeconómicos podem provocar variações significativas nos níveis de confiança exibidos pelos cidadãos a curto prazo. Estudos futuros devem testar alguns destes resultados, considerando uma amostra maior de países e de dados observacionais.

---

## **Ideias-chave**

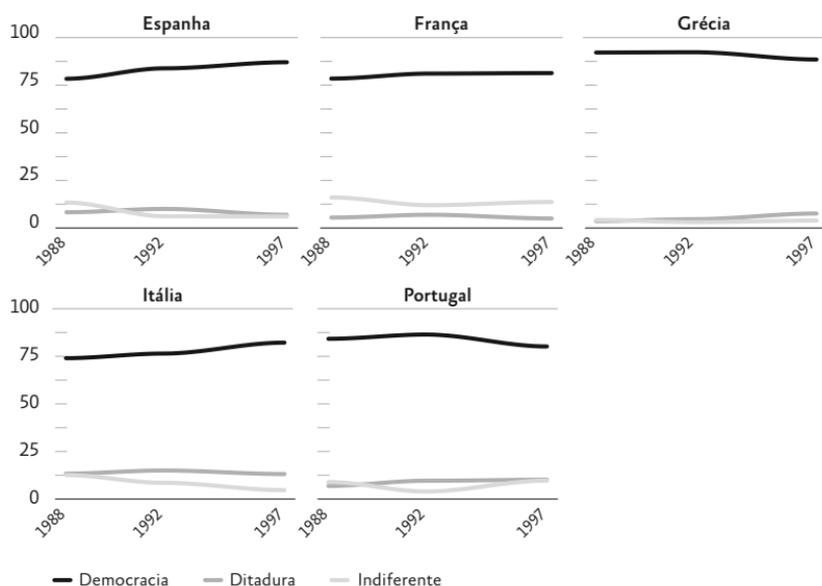
- »» Entre 2000 e 2015, a confiança depositada nas instituições políticas representativas desceu, em todos os países da Europa do Sul, ainda que de forma irregular.
- »» No mesmo período, a percentagem de inquiridos que afirma confiar nos partidos políticos desceu em todos os países estudados. Em Portugal decresceu sete pontos percentuais (de 18 % para 11 %).
- »» As instituições representativas — parlamentos, partidos políticos e governos — foram mais afetadas pela crise de confiança do que a justiça e os sindicatos.
- »» Em Portugal, a confiança na justiça aumentou dez pontos percentuais (de 31 % para 41 %), entre 2000 e 2015.

## 2. Satisfação com a democracia e interesse pela política

Será que os povos da Europa do Sul estão satisfeitos com a democracia que têm? Qual o nível de apoio que dão ao regime democrático? E será que os cidadãos se interessam pela política?

A primeira dimensão que avaliamos neste estudo é a preferência por um regime de tipo democrático, tipicamente designado como *apoio difuso* à democracia, em detrimento de alternativas de tipo autoritário. Para tal recorre-se a uma série temporal curta, com início em 1988 e que termina em 1997, constituída por três observações por país. A evolução deste indicador reproduz-se na Figura 2, concluindo-se da leitura deste gráfico que o apoio à democracia, pelo menos tal como é captado por esta questão, foi bastante disseminado na Europa do Sul, entre 1988 e 1997. Nos cinco países considerados há pelo menos três quartos dos inquiridos que concordam que a democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de regime. As oscilações verificadas são demasiado ténues para que possamos considerá-las relevantes.

Figura 2 Apoio difuso à democracia (1988–97), em percentagem



Fonte: Eurobarómetro — EB 30 (1988), EB 37 (1992) e EB 47(1997).

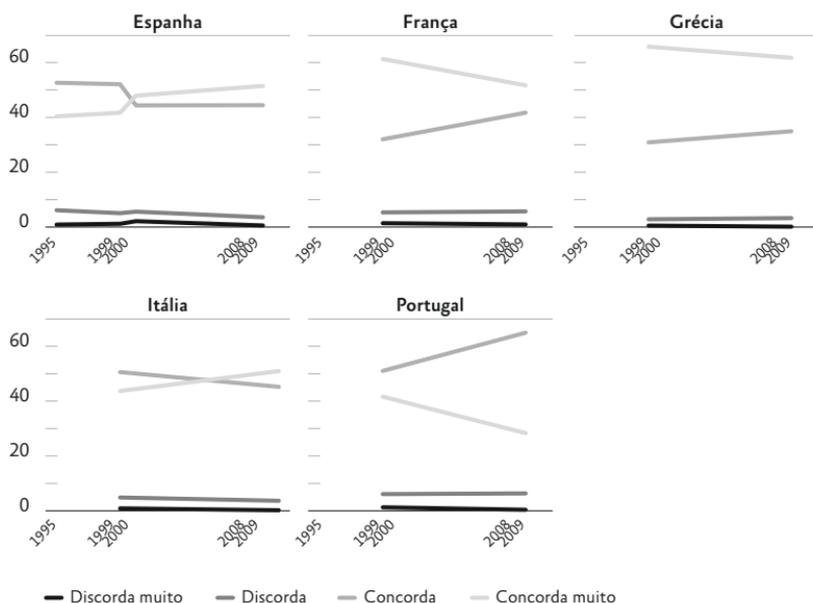
Questão: «Qual das seguintes frases descreve melhor a sua posição?»

1. A democracia é o melhor sistema político em qualquer circunstância.
2. Em determinadas circunstâncias, uma ditadura é preferível à democracia.
3. Viver em democracia ou sob uma ditadura não muda nada para pessoas como eu.»

Embora este indicador não tenha sido recolhido em anos mais recentes, dispomos de uma pergunta suficientemente aproximada que consta do elenco de questões do Inquérito Mundial de Valores (*World Values Survey*) e do Estudo Europeu de Valores (*European Values Study*). Ao contrário do que havia sucedido nas décadas anteriores, são visíveis aqui algumas mudanças consideráveis na adesão aos princípios democráticos. Mais concretamente, os níveis de apoio baixaram consideravelmente em França e, especialmente,

em Portugal, tendo subido de modo ligeiro na Grécia e de forma ténue em Espanha e Itália. À escala comparada, na vaga de 2008 Portugal era o país da Europa do Sul a apresentar os valores mais baixos de apoio à democracia, sendo o único em que menos de metade dos inquiridos concordava fortemente com a ideia segundo a qual a democracia era claramente preferível às alternativas.

**Figura 3 Apoio difuso à democracia (1999–2008), em percentagem**



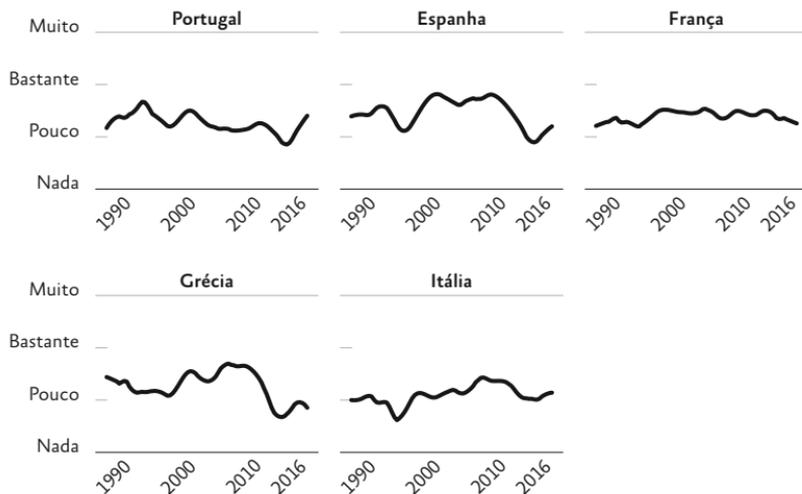
Fontes: Estudo Europeu de Valores (EVS) — rondas 1999 e 2008; Inquérito Mundial de Valores (WVS) — terceira (1995–98) e quarta (1999–2004).

Questão: «Concorda muito, concorda, discorda, ou discorda muito da seguinte afirmação? A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.»

A segunda evolução que importa examinar é a que diz respeito aos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia. Para tal, é possível recorrer a uma série temporal que remonta a 1973 e que se encontra entre as mais longas disponibilizadas pelo Eurobarómetro. Nesta, os cidadãos são questionados sobre o grau de satisfação quanto ao funcionamento do regime democrático dos seus países. Na Figura 4 observa-se como a evolução desta variável tem sido acidentada, nos cinco países analisados.

Até ao início da década de 1990 as flutuações foram ligeiras, com exceção de uma evolução positiva no caso português e negativa no caso grego. A tendência nos outros três países foi de subida dos níveis de satisfação a partir de 1993. O ano de 2008, que coincidiu com o início da crise financeira global, constituiu um momento de inflexão a partir do qual a trajetória passou a ser de descida nos cinco países. Todavia, a partir de 2012 a satisfação com o funcionamento da democracia começou a recuperar, principalmente na Grécia, em Espanha e em Portugal. Já em França os níveis continuavam em queda no ano de 2016, sendo que em Itália a recuperação tem sido mais modesta.

**Figura 4 Nível médio de satisfação com o funcionamento da democracia (1973–2016)**

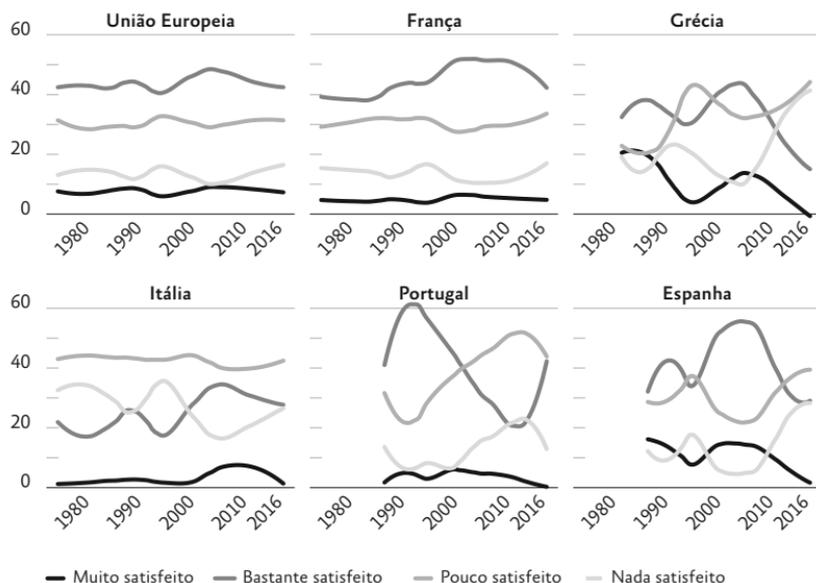


Fonte: Dados do Eurobarómetro recolhidos no Portal da Opinião Pública: [www.pop.pt](http://www.pop.pt).

Questão: «No geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como funciona a democracia (no seu país)?»

A Figura 5 permite destrinçar a evolução das várias respostas e realizar uma leitura mais pormenorizada. As alterações mais expressivas verificaram-se na Grécia, com uma subida galopante, a partir de meados da década de 2000, daqueles que se dizem «nada satisfeitos» com o funcionamento da democracia, dinâmica que também é observável em Espanha, a partir de 2008. Se, em Itália, a proporção daqueles que se dizem «pouco satisfeitos» andou sempre em torno dos 40 % dos inquiridos ao longo de todo aquele período, no caso português esta percentagem subiu dos 25 %, em média, nos primeiros anos da adesão, para os 45 % em torno de 2010.

**Figura 5 Satisfação com o funcionamento da democracia (1973–2016), em percentagem**



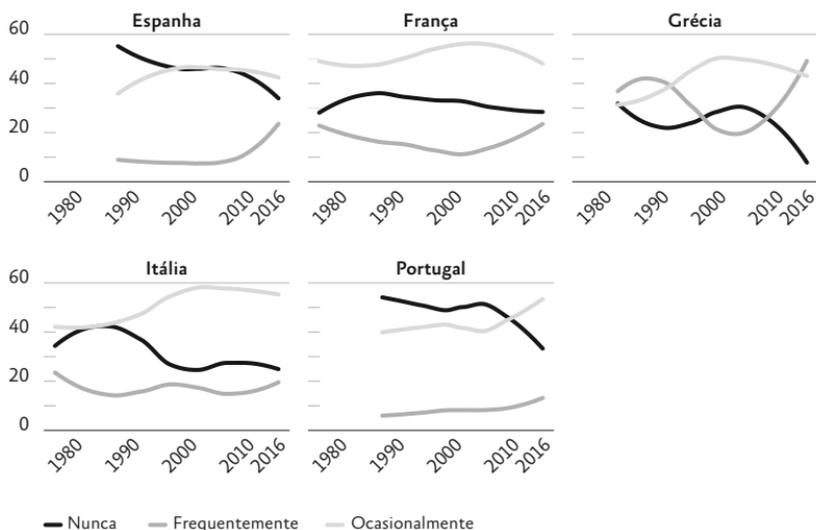
Fonte: Eurobarómetro, 1977–2016.

Questão: «No geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o modo como funciona a democracia (no seu país)?»

A última variável por examinar prende-se com a predisposição para discutir assuntos políticos. Embora não disponhamos de uma série que meça os níveis de interesse subjetivos na política, existe uma questão colocada repetidamente desde 1980 que permite medir a frequência de discussões informais sobre política. Os resultados são bastante claros: verifica-se em todos os países uma tendência para o aumento da frequência com que os cidadãos discutem política. Com o passar do tempo, boa parte dos cidadãos passou a discutir política «ocasionalmente», em Portugal

e Itália, e «frequentemente» em Espanha e na Grécia. Em sentido contrário, a percentagem daqueles que afirmam nunca discutir política é inferior a 40 % em todos os países, atingindo, inclusivamente, valores residuais na Grécia.

**Figura 6** Grau de interesse na política (frequência de discussão sobre política) (1977-2016), em percentagem



Fonte: Eurobarómetro, 1977-2016.

Questão: «Quando está com amigos, diria que discute assuntos políticos frequentemente, ocasionalmente ou nunca?»

No que respeita à influência do quadro macroeconómico na cultura política, os períodos de deterioração económica e de aumento do desemprego tendem a induzir o interesse na política, ao mesmo tempo que coincidem com uma depressão nos níveis de satisfação com a democracia. As melhorias no

desempenho económico também estão associadas a uma maior satisfação com o funcionamento da democracia e, em contrapartida, a uma menor predisposição para discutir matérias políticas.

Relativamente às variáveis político-institucionais, são vários os resultados dignos de menção. Desde logo, o estabelecimento de laços entre partidos e organizações da sociedade civil está associado a um aumento dos níveis de satisfação com a democracia, mas não a uma maior predisposição para a discussão de assuntos políticos. Por outro lado, quanto maior o impacto das diferenças socioeconómicas no acesso que os cidadãos têm ao poder político (variável «assimetria de acesso ao poder com base socioeconómica»), menores os níveis de discussão política.

Este facto parece sugerir que as sociedades atingem níveis mais elevados de igualdade política nos momentos em que os cidadãos mais se envolvem politicamente. Contudo, é importante recordar, que as crises económicas tendem a gerar um aumento do interesse pela política. Isto é, apesar de alterações súbitas ao *status quo* económico estarem associadas ao aumento do envolvimento na política, a existência de desigualdades políticas de índole mais estrutural não produz o mesmo efeito. Além disso, a hipótese segundo a qual uma cidadania mais envolvida em associações estaria mais interessada em participar politicamente não é validada pelos dados recolhidos.

Em relação aos efeitos da crise das dívidas soberanas de 2009–2014, existe uma diferença a destacar no modo como esta se associa a diferentes níveis de discussão política. Se antes do início da crise económica variações do desemprego não

estavam associadas a alterações nos níveis de discussão política, passou a observar-se uma associação negativa a partir de 2008. Ou seja, entre 2008 e 2015 verifica-se uma associação entre os aumentos nos níveis de desemprego e uma maior propensão da população para debater matérias políticas. Esta diferença não se verifica no que toca à satisfação com o funcionamento da democracia: em ambos os períodos analisados, aumentos do desemprego correspondem a níveis mais elevados de insatisfação com o funcionamento da democracia.

Quanto às variáveis de natureza política e institucional, a existência de corrupção parece ter-se tornado mais prejudicial para os níveis de confiança na democracia após o advento da crise. Outro resultado de assinalar refere-se ao impacto da existência de mecanismos deliberativos associados à tomada de decisões políticas. No período anterior à crise, o fortalecimento destes mecanismos encontrava-se associado a um decréscimo do interesse na política e não exercia um efeito significativo na satisfação com o funcionamento da democracia ao nível nacional. Após a crise, pelo contrário, o aumento do recurso a estas instâncias de pendor deliberativo (medido pelo grau em que os governos apresentam uma «justificação ponderada» na implementação quotidiana das políticas, recorrem a princípios de «bem comum», mostram «respeito por contra-argumentos» e procuram o «envolvimento cívico»), passou a estar associado a uma maior satisfação com o funcionamento da democracia.

---

## **Ideias-chave**

- »» A crise financeira de 2007–2008 constituiu um momento de viragem no que respeita aos níveis de satisfação com a democracia, tendo estes decrescido nos cinco países estudados (Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia).
- »» Em 2008, Portugal apresentava os valores mais baixos de apoio à democracia, entre os países analisados da Europa do Sul.
- »» A satisfação com o funcionamento da democracia viria a recuperar a partir de 2012, nos cinco países estudados, à exceção de França.
- »» As crises económicas e o aumento do desemprego contribuem para a diminuição da satisfação com a democracia. Em sentido contrário, a melhoria da situação económica está associada a uma maior satisfação com o funcionamento da democracia.
- »» A criação de laços entre os partidos políticos e as organizações da sociedade civil tende a aumentar os níveis de satisfação com a democracia.
- »» As crises económicas parecem estar associadas a um aumento do envolvimento dos cidadãos na política.

### 3. Identidade, confiança e satisfação com a União Europeia

Os povos da Europa do Sul confiam na União Europeia? Será que mantêm o entusiasmo inicial em relação ao projeto europeu? E terá a recente crise financeira tido impacto na satisfação dos povos do Sul com a atuação das instituições europeias?

A Europa do Sul é uma região caracterizada por alguma diversidade no que toca ao relacionamento dos países que a compõem com o projeto europeu. Por um lado, encontramos ali dois membros fundadores da então Comunidade Económica Europeia (CEE) na década de 1950 (França e Itália) e três países que só viriam a integrar a Europa comunitária muito mais tarde, nos anos 1980, após a sua transição para a democracia (Grécia, Espanha e Portugal). Por outro lado, o peso relativo dos países nas instituições europeias é também distinto: França é considerada uma das duas nações-chave do projeto europeu (a par da Alemanha); Itália e, em certa medida, Espanha recolhem alguns dividendos da sua dimensão populacional e da sua relevância económica; já Portugal e Grécia são relegados para o papel de países de dimensão média/pequena que têm de recorrer ao *soft power* para fazer valer os seus interesses nas esferas de decisão europeia.

Durante muito tempo a Europa do Sul foi demarcada como um espaço onde vigoravam níveis elevados de entusiasmo em relação à UE, especialmente devido à adesão das democracias grega (1981) e ibéricas (1986). Em traços gerais, é possível afirmar que no conjunto daqueles cinco países o sentimento de pertença relativamente à UE tem vindo a deteriorar-se, em diferentes graus, sendo esta queda particularmente expressiva em Itália e na Grécia.

Em Itália, a proporção daqueles que diziam sentir-se relativamente ligados à UE desceu, entre 2005 e 2016, praticamente de 50 % para 35 %, com um aumento concomitante da proporção dos inquiridos que não sentem nenhuma ligação a essas instituições. Na Grécia, a proporção de cidadãos que afirmam sentir-se pouco ligados à UE subiu de cerca de 30 %, em 1991, para 40 %, em 2016, tendo a proporção daqueles que se diziam muito ligados a essas instituições descido para níveis irrisórios. Em Portugal, a proporção dos que se consideram muito ligados atingiu um máximo de cerca de um quinto da população em 1999, descendo para 6 % em 2016. Em Espanha e França, observamos uma menor amplitude nas variações ao longo do tempo, afetando, sobretudo, as categorias intermédias de pertença. Ainda assim, em nenhum destes dois países são observáveis sinais de uma erosão significativa do sentimento de pertença à EU (embora tal aconteça mais em França do que em Espanha).

Em 2016, era especialmente na Grécia, mas também em Itália e em Portugal, que os sentimentos de pertença atingiam valores mais baixos por comparação com os valores registados na viragem do século. Desta forma, é possível observar

que o sentimento de identificação com a União Europeia não é estático, existindo dinâmicas específicas entre países que fazem com que as flutuações não sejam homogêneas na Europa do Sul como um todo.

De um modo geral, e pelo menos até há muito pouco tempo, tanto ao nível das elites como das massas, os países da Europa do Sul exibiam níveis mais elevados de *euro-entusiasmo* quando comparados com as outras regiões da Europa. Do ponto de vista das elites, existiu por parte dos partidos *mainstream* um relativo consenso sobre os benefícios da adesão à UE e um forte apoio ao projeto europeu desde o seu começo. Este posicionamento pró-europeu, especialmente visível no caso das elites governativas de Portugal, Espanha e Grécia, fazia parte de um discurso mais amplo que estabelecia umnexo entre integração europeia, democratização e desenvolvimento.

Os primeiros anos após a adesão à UE foram de *euro-entusiasmo* e durante grande parte das décadas de 1980 e 1990 as posições mais *eurocéticas* localizavam-se nas margens do espectro ideológico esquerda-direita. Quanto à opinião pública, no período anterior ao Tratado de Maastricht (1992) os níveis de *euroceticismo* dos povos do Sul da Europa (França excluída) — medidos através de avaliações sobre a desejabilidade da pertença do país na UE — estavam abaixo da média europeia, com a Grécia a evidenciar menor entusiasmo em comparação com os novos Estados-membros. Porém, na década de 1980, quando as três novas democracias da Europa do Sul passam a integrar a Europa comunitária,

verifica-se uma tendência de crescimento das avaliações positivas da pertença à CEE/UE.

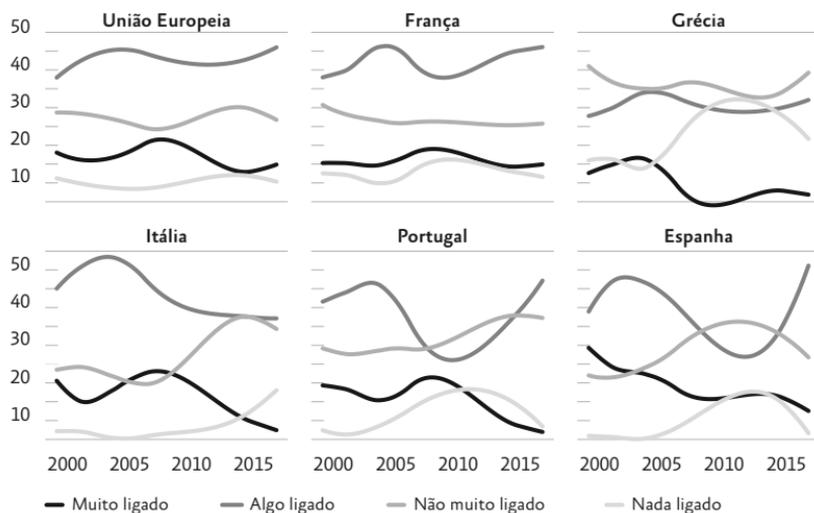
Com o aprofundamento do processo de integração europeia o espectro do *euroceticismo* ter-se-á ampliado. A integração ficou patente em diversos momentos, nomeadamente com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992; com o quinto alargamento da UE (a Leste) em 2004 (que implicou a adesão de dez novos Estados-membros); com a tentativa de aprovação da nova Constituição Europeia (rejeitada em 2005 pelos eleitores franceses e holandeses); e ainda com o Tratado de Lisboa (2007). Se, por um lado, os posicionamentos dos partidos *mainstream* se tornaram mais pragmáticos e mais críticos à medida que o processo de integração europeia avançava, por outro lado, os níveis de polarização em torno das questões europeias têm sido mais evidentes em França e Itália do que nos restantes países da Europa do Sul.

Os dados recolhidos neste estudo apontam efetivamente para uma quebra na avaliação da pertença à UE nesta zona do continente, em tempos recentes. A série temporal a que aqui se recorre (1991–2016) baseia-se nas respostas à pergunta «De uma maneira geral, pensa que o facto de [o seu país] fazer parte da União Europeia é...», sendo as hipóteses de resposta «uma coisa boa», «uma coisa má», «uma coisa nem boa, nem má». Contudo, os vários países apresentam trajetórias com diferenças assinaláveis.

Genericamente, encontramos uma subida progressiva das avaliações positivas da pertença à União Europeia até ao início dos anos 1990, época marcada por um pico de

avaliações positivas em todos os Estados-membros. As trajetórias subsequentes variam entre quedas ao longo de todo o período (Itália) e evoluções mais «acidentadas» (França, Espanha, Grécia e Portugal). Em Itália, a proporção de cidadãos que considerava, em 2016, que o facto de o seu país pertencer à UE era positivo reduziu para metade, face aos valores observados na década de 1970. Na Grécia, as três avaliações (positiva, neutra e negativa) apresentavam, em 2016, proporções semelhantes entre a população. Por outro lado, em Espanha, uma fatia maior da população considerava, em 2016, que a pertença à UE é algo positivo. Quanto a Portugal, depois de uma queda vincada das apreciações positivas entre 2009 e 2012 (ano em que cerca de um terço da população considerava que a pertença era uma coisa má), regista nos anos mais recentes um aumento da proporção de inquiridos que expressa um posicionamento neutro relativamente às vantagens resultantes da pertença à UE. Esta tendência também é evidente no caso da Grécia e de Itália.

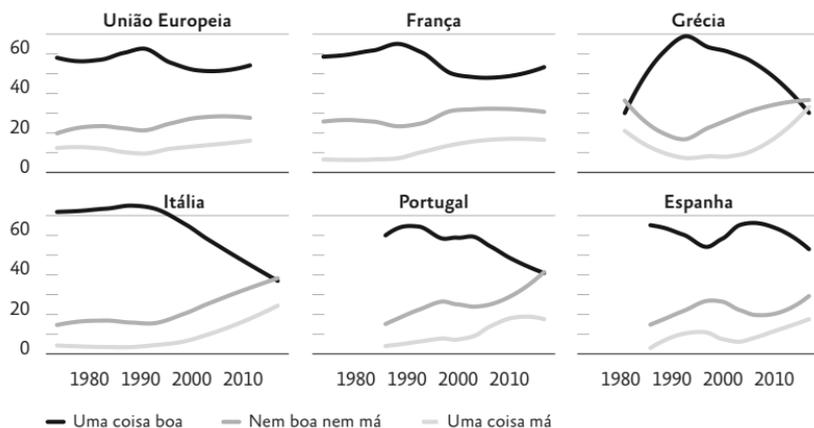
**Figura 7 Sentimento de identidade europeia**



Fonte: Eurobarómetro, 1991–2016.

Questão: «Em que medida se sente ligado... à União Europeia?»

**Figura 8 Avaliação da pertença à União Europeia**



Fonte: Eurobarómetro, 1991–2016.

Pergunta: «De uma maneira geral, pensa que o facto de [o seu país] fazer parte da União Europeia é...»

A terceira variável cuja evolução aqui se traça é a satisfação com o modo como funciona a democracia ao nível europeu. Em 1994 havia uma forte clivagem entre cidadãos satisfeitos e cidadãos insatisfeitos com o funcionamento da democracia na Europa, sendo que a taxa de satisfação em Portugal era superior à média europeia (49 %), em França era idêntica à média e nos três restantes países da Europa do Sul era inferior (Itália e Espanha) ou bastante inferior (Grécia) à média europeia. Quinze anos depois, na Europa do Sul, a clivagem passa a verificar-se entre Portugal e Grécia (países nos quais dois em cada cinco cidadãos expressam satisfação com o funcionamento da democracia a nível europeu) e os restantes países, cujas taxas são iguais ou ligeiramente superiores à média europeia (56 %).

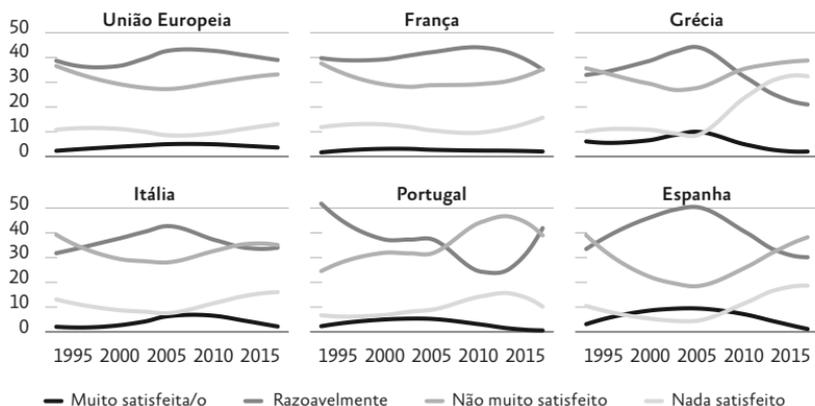
Perante estes resultados somos confrontados com uma questão pertinente: será que esta situação se alterou após a eclosão da crise das dívidas soberanas? Para responder a esta pergunta recorreremos, mais uma vez, aos dados do Eurobarómetro. Desde 1993 que a questão «De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?» tem sido colocada regularmente aos inquiridos pelo Eurobarómetro.

Nos cinco países aqui examinados é possível identificar três grandes trajetórias a propósito desta variável. A primeira delas é evidenciada pela França, cuja evolução é relativamente estável, mas que apresenta uma descida moderada dos níveis de satisfação com a democracia europeia, em anos recentes. A segunda trajetória corresponde

aos casos de Espanha, Itália e Grécia, onde os referidos níveis de satisfação atingiram um pico em 2008, tendo descido significativamente desde então. Entre estes países, Espanha apresenta o pico mais elevado de satisfação em 2008, e a Grécia regista a queda mais acentuada, com um terço dos cidadãos a descreverem-se como «nada satisfeitos» com o funcionamento da democracia europeia, em 2016. Finalmente, a terceira trajetória corresponde ao caso português, onde se observa uma descida consistente dos níveis de satisfação ainda antes do advento da crise, tendo aquela perdurado até 2013, ano a partir do qual se começou a registar uma subida gradual.

Analisando os dados de 2016, Portugal é o país da Europa do Sul em que uma maior fatia da população se considera razoavelmente satisfeita com o funcionamento da democracia na UE. Em suma, nos cinco países aqui considerados, o advento da crise coincidiu com um incremento da insatisfação em relação ao funcionamento da democracia europeia. Ainda assim, este aumento teve magnitudes distintas e, no caso português, veio na sequência de uma tendência que já se verificava antes do início da crise das dívidas soberanas (2010–2014).

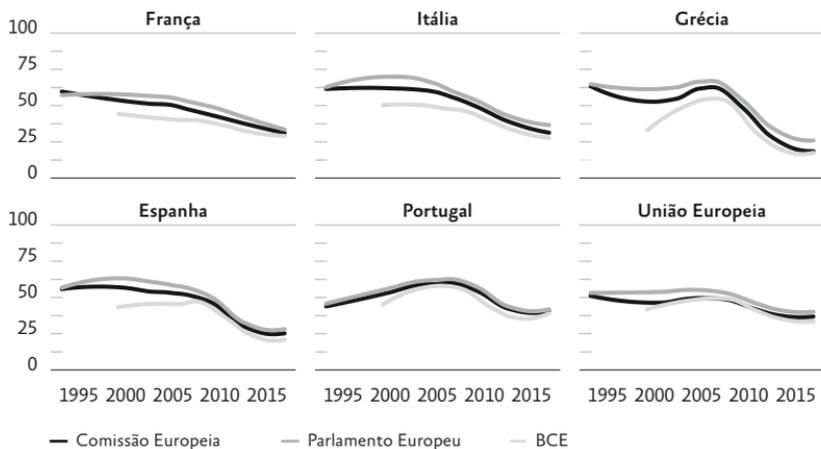
**Figura 9 Satisfação com funcionamento da democracia na União Europeia, em percentagem**



Fonte: Eurobarómetro, 1973–2016.

Pergunta: «De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?»

**Figura 10 Confiança no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu (% dos respondentes que tende a confiar)**



Fonte: Eurobarómetro, 1993–2016.

Pergunta: «Para cada uma das seguintes instituições, gostaria que me dissesse se tende a confiar ou a não confiar na mesma.»

A nossa análise da evolução da confiança depositada em três instituições europeias — Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Banco Central Europeu — mostra que a tendência geral é de redução dos níveis de confiança. Na viragem do século, o Parlamento Europeu recolhia a confiança de praticamente três quartos da população de Espanha, Grécia e Itália e de cerca de 65 % da população em França e Portugal. Por um lado, nos anos mais recentes, os níveis de confiança em relação a qualquer uma das instituições não chegam a atingir 50 % em nenhum dos países. Por outro lado, há algumas dissonâncias de avaliação em relação às várias instituições: enquanto o Parlamento Europeu é geralmente a instituição que recolhe níveis mais elevados de confiança, o Banco Central Europeu tende a reunir os níveis de confiança mais baixos por parte dos inquiridos. Este padrão observa-se, sobretudo, em Itália, sendo mais ténue em Portugal, país em que os níveis de confiança nas três instituições tendem a revelar uma menor variação. Todavia, mesmo nos outros países, as diferenças de perceção em relação às várias instituições europeias têm vindo a perder significância.

Os resultados mais relevantes sugerem que os níveis de apoio em relação à UE dependem do desempenho da economia. Verificamos que quanto maior é a taxa de crescimento do PIB, maior é o nível de confiança nas instituições europeias e ainda de satisfação com a democracia à escala europeia. Existe, porém, uma exceção relevante: a identificação com a UE não parece ser particularmente afetada pelo desempenho da economia.

Apesar de a secção anterior revelar que o sentimento de identificação com a UE baixou consideravelmente na Grécia em anos recentes, essa tendência não se propagou, de modo significativo, aos outros países da Europa do Sul. Adicionalmente, o desemprego tem um efeito negativo nas avaliações que os cidadãos fazem da UE, especialmente no que diz respeito aos benefícios da União Europeia e à satisfação com a democracia a nível europeu. A identificação com a UE é, mais uma vez, uma exceção, parecendo ser menos afetada pelo desempenho da economia.

A existência de consenso e debate público mais alargado acerca de políticas públicas apenas afeta de forma positiva e significativa as avaliações da integração na UE, não parecendo afetar positivamente as outras dimensões de apoio ao projeto europeu. Sendo assim, os resultados aparentam confirmar a nossa expectativa: quanto maior a soberania do Estado-membro, maior o nível de apoio popular à União Europeia.

As oscilações no indicador relativo à redução da autonomia dos Estados-membros na definição de políticas públicas correspondem às intervenções externas ocorridas em Portugal e na Grécia que, de acordo com os resultados, geraram uma quebra de confiança na Comissão Europeia (mas, curiosamente, não no Parlamento Europeu) e na satisfação com o funcionamento da democracia à escala europeia. Esta distinção faz sentido se recordarmos que a Comissão Europeia é uma das instituições componentes da *Troika*, que assinou com Portugal e com a Grécia um Programa de Assistência Económica e Financeira, juntamente com o Banco Central Europeu e com o Fundo Monetário

Internacional, e que o Parlamento Europeu não fez parte deste processo. Em sentido contrário, a opinião pública tende a ser mais favorável à integração europeia quando a distribuição de poder apresenta níveis mais baixos de assimetrias assentes em recursos socioeconómicos.

Só parece haver uma associação entre mau desempenho económico e degradação nos níveis de confiança nas instituições europeias a partir de 2008, com o advento da crise financeira global (iniciada em 2007–2008). Este é um dado interessante e que parece apontar no sentido de uma transformação da relação entre os cidadãos da Europa do Sul e as instituições comunitárias, que passam a ser alvo de uma maior responsabilização pela evolução macroeconómica dos países, da parte da opinião pública.

---

## Ideias-chave

- »» Os países da Europa do Sul são tradicionalmente *euro-entusiastas*, quando comparados com a média europeia. Quer os cidadãos, quer as elites de Portugal, Espanha e Grécia — países que só se democratizaram nos anos 1970 — cedo encararam a integração europeia como sinónimo de democracia e desenvolvimento.
- »» Em 2016 Portugal era, de entre os países estudados, aquele em que uma maior fatia da população se considerava razoavelmente satisfeita com o funcionamento da democracia na União Europeia.
- »» Nem todas as instituições europeias granjeiam os mesmos níveis de confiança da parte dos cidadãos. O Parlamento Europeu tende a ser a instituição que recolhe maior aprovação popular e o Banco Central Europeu a que gera menos confiança.
- »» Os níveis de apoio conferido à União Europeia dependem, em grande medida, do desempenho da economia. Quanto maior a taxa de crescimento do PIB, mais elevado o nível de confiança nas instituições europeias, por exemplo.
- »» Os períodos correspondentes aos programas de assistência económica e financeira levados a cabo em Portugal e na Grécia suscitaram uma forte quebra na confiança na Comissão Europeia.

**»» A crise financeira de 2007–2008 parece ter alterado a forma como os cidadãos da Europa do Sul encaram as instituições comunitárias. Aparentemente, a opinião pública passou a responsabilizar essas instituições pelo desempenho económico dos seus países.**

---

## Conclusão

O contributo principal deste livro é destacar que as causas explicativas da cultura política e da crise da confiança nas democracias contemporâneas são, fundamentalmente, políticas. A crise da confiança em Portugal, Espanha, França, Itália e na Grécia está claramente ligada à incapacidade dos governos das democracias nacionais e da União Europeia gerarem prosperidade, emprego e segurança económica para o cidadão comum, nos últimos 30 anos. A era da globalização trouxe, assim, consequências nefastas para a relação dos cidadãos com os regimes democráticos, nesta região.

Os níveis de desconfiança face às instituições democráticas nacionais e europeias, tal como de insatisfação com a democracia, estão diretamente associados ao aumento do desemprego, dos níveis de pobreza e das desigualdades sociais, assim como aos débeis níveis de desempenho e crescimento da economia. Estas tendências pioraram desde a Grande Recessão de 2007–14, tendo atingido níveis de desconfiança nunca antes vistos e motivado, pela primeira vez, uma avaliação negativa e quebra de apoio à União Europeia em função do desempenho da economia.

No entanto, a economia não explica tudo. Os fatores institucionais são decisivos. Nomeadamente, a confiança nas instituições representativas nacionais (governo, parlamento, partidos) tende a ser maior quando a corrupção é baixa e ainda quando os partidos são fortes e institucionalizados

(com um processo de escolha de candidatos centralizado, por exemplo). Sempre que os atores políticos usam os benefícios dos cargos políticos que ocupam, bem como o acesso privilegiado aos recursos do Estado, para fins privados, instala-se uma crise de confiança. Estes resultados parecem demonstrar que a responsabilidade da crise das democracias cabe na maior parte dos casos às elites políticas e não às massas. Como bem referiu Juan Linz:

*A desconsolidação democrática resulta de processos iniciados pela incapacidade do governo de resolver problemas para os quais as oposições desleais oferecem uma solução [...] os problemas insolúveis de um regime são frequentemente produto das suas elites.*

Um fator igualmente decisivo na criação de confiança política é a existência de partidos fortes. Sempre que estes forem dotados de estruturas nacionais e locais sólidas, a coesão legislativa for elevada e as suas posições políticas forem claras e programáticas, mais fácil será o estabelecimento de laços duradouros entre os partidos e os cidadãos e, por conseguinte, maior será a confiança nas instituições e no processo democrático em geral. Muitos autores consideram que descentralizar os processos de seleção dos candidatos é um bom mecanismo para incrementar o grau de confiança nos partidos e para enriquecer as ligações entre os partidos e a sociedade. Por um lado, esta solução favoreceria o envolvimento dos militantes (e, no limite, dos eleitores) nas decisões dos partidos. Por outro lado, permitiria contrariar alguns dos sintomas de crise que os partidos vêm enfrentando e que são visíveis na quebra do número de militantes e dos níveis de participação eleitoral, entre outros.

Ao contrário do que poderíamos pensar, a descentralização do processo de escolha dos candidatos tem um efeito negativo no grau de confiança nas instituições representativas, nomeadamente na confiança relativa ao parlamento e ao governo. As reformas estatutárias não parecem, assim, gerar mais confiança. Na verdade, a satisfação democrática é tendencialmente superior quando existem partidos fortes e ainda quando estes estabelecem laços sólidos com organizações da sociedade civil. Isto é, a participação cidadã autónoma da sociedade civil ou os partidos descentralizados e abertos não são tanto o que mais favorece laços de confiança entre cidadãos e democracia, mas antes a capacidade de os partidos e organizações de sociedade civil estabelecerem alianças políticas e canais de comunicação e colaboração regulares.

Os partidos continuam a ser decisivos, não só na mobilização do voto e no debate político, mas também enquanto atores estruturantes da própria vida cívica e associativa. A sociedade civil e os movimentos de cidadãos, por si só, não substituem os partidos nem constituem uma forma inovadora e mais perfeita de democracia. Não é, portanto, de estranhar que sejam os sindicatos, frequentemente alinhados de forma orgânica com partidos políticos, que melhor têm resistido à erosão da confiança e que continuam a ser vistos como organizações centrais da democracia e da participação.

Adicionalmente, instituições mais abertas favorecem uma cultura política democrática. A existência de mecanismos deliberativos no processo de tomada de decisões políticas favorece o interesse na política, embora essa associação se verifique apenas no período da crise económica recente e

esteja também associada ao declínio dos níveis de satisfação com a democracia, dada a maior exigência dos cidadãos. Neste estudo demonstrámos que, durante a vigência de crises económicas graves, os cidadãos se tornam mais exigentes, passando a interessar-se mais por questões políticas.

Finalmente, a confiança e o apoio a instituições políticas supranacionais (União Europeia) estão positivamente relacionados com duas dimensões de carácter nacional: a existência de instituições que permitam um debate alargado acerca de políticas públicas, sobretudo se o processo de decisão incluir representantes de todo o espectro político e sectores relevantes da sociedade; e a existência de elevados níveis de soberania nacional no contexto do sistema internacional. Paradoxalmente, o apoio à democracia a nível supranacional é tanto maior quanto maior for o grau de democracia a nível nacional.

O fortalecimento das democracias nacionais é fundamental para o sucesso da integração europeia, independentemente do formato que esta venha a assumir, e ainda para a manutenção e expansão da ordem internacional liberal, que garantiu, nos últimos 70 anos, a paz, a segurança e a prosperidade na Europa Ocidental. Três razões sustentam este pressuposto.

Em primeiro lugar, a integração europeia pós-1945 assentou na rejeição dos dois modelos totalitários que marcaram o século XX (fascismo e comunismo soviético) e na defesa de um modelo alternativo: a democracia baseada na concertação social e na partilha de poder e recursos entre capital e trabalho. Além disso, assentou igualmente na rejeição

do modelo de capitalismo ultraliberal, eminentemente financeiro e desregulado, que esteve na origem da Grande Depressão na década de 1930 e dos fenómenos políticos que se seguiram (ascensão dos populismos nacionalistas, dos fascismos e do extremismo revolucionário comunista, ou seja, a crise das democracias do período entre as guerras mundiais). A democracia que vigorou na Europa Ocidental depois de 1945, e que proporcionou décadas de paz social e prosperidade aos cidadãos europeus, pressupõe a regulação política do capitalismo, de inspiração keynesiana, assente numa economia mista.

Em segundo lugar, as democracias tendem a ser mais desenvolvidas economicamente e mais prósperas do que as ditaduras. Nos regimes democráticos a inovação tende a ser maior, em virtude da liberdade de pensamento, da investigação científica e da circulação de informação; o Estado de Direito e a imparcialidade da justiça estão garantidos; e a corrupção e o favoritismo pelos agentes públicos são mais fáceis de denunciar e combater onde quer que exista uma opinião pública informada, imprensa livre e direitos de controlo e fiscalização dos governos pela oposição parlamentar. Democracias nacionais consolidadas e de qualidade são por isso condição essencial para a prosperidade económica na Europa. Neste sentido, a desindustrialização das economias europeias e o crescimento do poderio económico da Ásia constituem desafios sérios à centralidade económica e política da União Europeia.

Em terceiro lugar, a experiência das democracias federais ou confederais bem-sucedidas (EUA, Índia, Alemanha, Suíça,

Holanda) sugere que a democracia interna dos Estados-membros, garantida pela existência de partidos e de uma sociedade civil fortes a nível regional ou federal, assim como de um parlamento vivo e com capacidade de controlo orçamental, é condição essencial para a estabilidade e sobrevivência da própria União Europeia. As democracias federais que emergiram a partir da agregação de unidades políticas prévias, mas que aboliram a autonomia política dessas mesmas unidades (como é o caso da Itália) caracterizaram-se, a longo prazo, por elevada instabilidade política, colapso institucional, corrupção e dualismo territorial (Fernandes e Pinto da Cruz, 2019).

As conclusões deste estudo permitem, portanto, um otimismo moderado e cauteloso em relação ao futuro. O impacto negativo da globalização, assim como das desigualdades por ela geradas, pode ser mitigado pela ação política, através da implementação de reformas institucionais e organizacionais. Medidas que reduzam a corrupção; que promovam a reconstrução do velho modelo de partido de massas (coerente ideologicamente e com laços fortes com as organizações da sociedade civil); que estimulem um sistema de *media* pluralista e isento; que assegurem instituições abertas ao diálogo e a consulta dos cidadãos na elaboração de políticas públicas; e que garantam a soberania dos Estados são fundamentais para aumentar a confiança nas democracias nacionais e no próprio processo de construção europeia.

# Abreviaturas

**BCE** Banco Central Europeu

**CEE** Comunidade Económica Europeia

**EB** Eurobarómetro

**EUA** Estados Unidos da América

**EVS** Estudo Europeu dos Valores

**PIB** Produto Interno Bruto

**UE** União Europeia

**URSS** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**WVS** Inquérito Mundial dos Valores

# Glossário

**Ancoragem social do voto** – determinação do voto por categorias sociais coletivas, como classe, religião, *status* ou região.

**Capital social** – nível de confiança interpessoal de uma sociedade, adicionado à quantidade de laços sociais informais e indiretos (redes sociais) e filiação associativa.

**Confiança interpessoal** – a medida em que os cidadãos confiam uns nos outros.

**Crise das dívidas soberanas** – impossibilidade de alguns países da Europa pagarem as suas dívidas externas sem recurso a empréstimos de instituições internacionais (2010–14), no seguimento da grave crise económico-financeira que começou em 2007–2008, e que ficou conhecida como Grande Recessão

**Desconsolidação democrática** – erosão dos princípios e instituições elementares da democracia, como as liberdades cívicas e políticas, o controlo parlamentar dos executivos e ainda o rigor e a universalidade dos atos eleitorais.

**Eleições primárias** – processo eleitoral interno aberto aos militantes e/ou simpatizantes dos partidos para a escolha da sua liderança e/ou candidatos a eleições nacionais.

**Grande Recessão** – crise económica e financeira nos EUA e na Europa que decorreu entre 2007 e 2014.

**Guerra Fria** – rivalidade geopolítica pela supremacia global entre os EUA e a URSS (1945–91).

**Soft power** – influência que os Estados exercem sobre outros Estados utilizando meios e canais ideológicos, culturais ou persuasivos (por oposição ao poder coercivo, militar ou económico).

**Valores pós-materialistas** – novas orientações ideológicas dos cidadãos e eleitores a partir da década de 1970 — em particular o ambiente, o lazer e os direitos sexuais — por oposição aos valores materialistas, como o rendimento pessoal ou a riqueza.

**Volatilidade eleitoral** – nível de transferência de votos entre partidos e/ou blocos eleitorais de ideologias diferentes, sobretudo entre esquerda e direita.

## Para saber mais

**Almond, G.** e Verba S., *The Civic Culture, Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Newbury Park, Sage, 1963.

**Banfield, E. C.**, *The Moral Basis of a Backward Society*, Glencoe, Chicago, Free Press, Research Center in Economic Development and Cultural Change, University of Chicago, 1958.

**Belchior, A. M.**, *A Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel do Santos, 2015.

**Bermeo, N. G.** e Bartels, L. M., *Mass Politics in Tough Times: Opinions, Votes and Protest in the Great Recession*, 2014.

**Bernhard, Michael, Fernandes, Tiago e Branco, Rui** (eds.), «Civil, Society, Inequality and Democracy: Cross-Regional Comparisons», *Comparative Politics*, abril 2017.

**Cancela, J.**, «Eleições: Quadros Institucionais e Dinâmicas de Participação», em *Varietades de Democracia na Europa do Sul (1968–2016): uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2017, pp. 93–126.

**Coppedge, Michael, Gerring, John, Knutsen, Carl, Staffan, Henrik, Lindberg, I., Teorell, Jan, Altman, David, Bernhard, Michael, Fish, M. Steven, Glynn, Adam, Hicken, Allen, Lührmann, Anna, Marquardt, Kyle L., McMann, Kelly, Paxton, Pamela, Pemstein, Daniel, Seim, Brigitte, Sigman, Rachel, Skaaning, Svend-Erik, Staton, Jeffrey, Wilson, Steven, Cornell, Agnes, Gastaldi, Lisa, Gjerløw, Haakon, Ilchenko, Nina, Krusell, Joshua, Mechkova, Valeriya, Medzihorsky, Juraj, Pernes, Josefine, Römer, Johannes von, Stepanova, Natalia, Sundström, Aksel, Tzelgov, Eitan, Wang, Yi-ting, Wig, Tore e Ziblatt, Daniel**, «V-Dem

*Dataset v9*», Varieties of Democracy (V-Dem), Project, 2019, <https://doi.org/10.23696/vdemcy19>.

**Crozier**, Michel, Huntington, Samuel P. e Watanuki, Joji, *The Crisis of Democracy*, New York, New York University Press, 1973.

**Della Porta**, D., Andretta, M., Fernandes, T., O'Connor, F. B. e Romanos, E., *Late Neoliberalism and its Discontents in the Economic Crisis: Comparing Social Movements in the European Periphery*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2016.

**Fernandes**, Tiago (ed.), *Variedades de Democracia na Europa do Sul (1968–2016): Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

**Fernandes**, Tiago, Cancela, João, Coppedge, Michael, Lindberg, Staffan I., Hicken, Allen, «Measuring Political Participation in Southern Europe: The Varieties of Democracy Approach», University of Gothenburg, Varieties of Democracy Institute, Working Paper n.º 15, novembro 2015.

**Fernandes**, Tiago e Pinto da Cruz, Bernardo, *a Democracia na Europa: Alemanha, Espanha, França e Reino Unido Face às Crises Contemporâneas*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2019.

**Fishman**, Robert M., *Democratic Practice. Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

**Fishman**, Robert M., *Democracy's Voices: Social Ties and the Quality of Public Life in Spain*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 2004.

**Foa**, R., e Mounk, Y., «The Signs of Deconsolidation», *Journal of Democracy*, vol. 28, n.º 1, 2017, pp. 5–15.

**Foa**, R. e Mounk, Y., «The Democratic Disconnect», *Journal of Democracy*, vol. 27, n.º 3, 2016, pp. 5–17. Disponível [aqui](#).

**Freire, A. e Santana-Pereira, J.**, «More Second Order Than Ever? The (2014) European Parliament Elections in Portugal», *South European Society and Politics*, vol. 20, n.º 3, 2015, pp. 381–401.

**Inglehart, R.**, «The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies», *The American Political Science Review*, 65(4), 1971, pp. 991–1017.

**Linz, J. e Stepan, A.**, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-communist Europe*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 1996.

**Linz, Juan**, *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978.

**Norris, P.**, *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press, 1999.

**Pharr, Susan J. e Putnam, Robert D. (eds.)**, *Disaffected Democracies. What's Troubling the Trilateral Countries?*, Princeton, Princeton University Press, 2000.

**Putnam, R.**, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1993.

**Schmitter, Philippe C.**, *Democracy and its Discontents*, Manuscript, European, University Institute, 2016.

**Sanches, E. R., Lisi, M., Razzuoli, I. e Espírito Santo, P. do**, «Intra-Party Democracy from Members' Viewpoint: The Case of Left-Wing Parties in Portugal», *Acta Politica*, 2017. Disponível [aqui](#).

**Sanches, E. R. e Santana Pereira, J.**, «Which Europe do the Portuguese Parties Want? Identity, Representation and Scope of Governance in the Portuguese Euromanifestos (1987–2004)», *Perspectives on European Politics and Society*, vol. 11, n.º 2, 2010, pp. 183–200.

**Sanders**, David, Magalhães, Pedro e Toka, Gabor (eds.), *Citizens and the European Polity*, Oxford, Oxford University Press, 2012.

**Santana Pereira**, J. (2015), «Variety of Media Systems in Third-wave Democracies», em J. Zielonka (org.), *Media and Politics in New Democracies: Europe in a Comparative Perspective*, Oxford, Oxford University Press, 231–47.

**Santana Pereira**, J. E Sanches, E. R., «Portugal», em N. Conti (org.), *Party Attitudes towards the EU in the Member States: Parties for Europe, Parties against Europe*, Londres, Routledge, 2014, pp. 115–32.

**Tocqueville**, Alexis de, *Democracy in America*, Vol. I, Londres, Everyman's Library, 1994 [orig. 1835].

**Torcral**, M. e Magalhães, P., *Political Culture in Southern Europe: Searching for Exceptionalism*, 2009. Disponível [aqui](#).

**Trechsel**, A., Rose, R., Corona, D., Raimundo, F., Santana-Pereira, J. e Fernandes, J., *Portugal nas Decisões Europeias: Uma Perspectiva Comparada*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

## Autores

**Tiago Fernandes** é professor e coordenador executivo do departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa e investigador do IPRI (Instituto Português de Relações Internacionais). É coordenador do projeto «Variedades de Democracia na Europa do Sul», inserido na rede internacional *Varieties of Democracy* (Universidade de Gotemburgo) e financiado pela FFMS (Fundação Francisco Manuel dos Santos). Tem um doutoramento pelo Instituto Universitário Europeu (Florença) e foi investigador visitante das universidades de Princeton e de Notre Dame e da Fundação Juan March (Madrid). As suas últimas publicações são *Civil Society, Democracy, and Inequality: Cross-Regional Comparisons (1970s–2015)*, volume da revista *Comparative Politics* (coeditado); *Late Neoliberalism and its Discontents: Comparing Crises and Movements in the European Periphery* (Palgrave-Macmillan, 2016); *Memories and Movements: Justice and Democracy in Southern Europe* (Oxford University Press, 2018, em coautoria); e *Variedades de Democracia na Europa do Sul, 1968–2016: Uma Comparação entre França, Itália, Grécia, Portugal e Espanha* (Imprensa de Ciências Sociais, 2017, editor).

**João Cancela** é investigador de doutoramento em ciência política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA), onde exerce funções de docente assistente convidado. Trabalha também como assistente convidado na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em Braga. Tem integrado as equipas de diferentes projetos de investigação nacionais e internacionais e colabora atualmente com o projeto *Varieties of Democracy* (Universidade de Gotemburgo e Universidade de Notre Dame), pertencendo à equipa do Centro Regional da Europa do Sul, sediado na FCSH-UNL (coordenação de Tiago Fernandes). As suas

publicações incluem artigos nas revistas *Electoral Studies*, *Party Politics*, *Historical Social Research* e *Politics*, bem como capítulos em obras coletivas publicadas na Imprensa de Ciências Sociais.

**José Santana Pereira**, doutorado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), em 2012, é professor auxiliar no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL e investigador integrado no CIES-IUL. É atualmente o diretor do programa de doutoramento em Ciência Política do ISCTE-IUL. A sua investigação foca essencialmente temáticas ligadas à comunicação política, tais como os sistemas de média em perspetiva comparada, os efeitos dos média na opinião pública, as campanhas eleitorais ou a relação entre política e entretenimento, mas também o comportamento eleitoral e as atitudes políticas dos cidadãos. É autor de inúmeros artigos científicos e capítulos de livros académicos em inglês, francês e português, bem como do ensaio de divulgação *Política e Entretenimento*, publicado em 2016 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

**Edalina Rodrigues Sanches** é investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora convidada auxiliar no ISCTE-IUL. Recebeu em 2016 o prémio de melhor tese de doutoramento da Associação Portuguesa de Ciência Política (2014–16) pela investigação «Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia». Os seus interesses de pesquisa incluem partidos políticos e sistemas partidários, democratização, instituições e atitudes políticas em novas democracias, com foco em África. Tem publicado artigos em revistas como *Parliamentary Affairs*, *Electoral Studies*, *Acta Politica*, *South European Society and Politics*, *Journal of Asian and African Studies*, *Análise Social* e capítulos de livros em editoras como a Imprensa de Ciências Sociais, Almedina e Routledge. A sua publicação mais recente é *Party Systems in Young Democracies: Varieties of Institutionalization in Sub-Saharan Africa* (Routledge, 2018).

**“Como se caracteriza a democracia portuguesa em comparação com as restantes da Europa do Sul?”**

**“Os portugueses confiam nas instituições políticas nacionais?  
E nas europeias?”**

**“E estão satisfeitos com o funcionamento da democracia?”**

